

AValiação DA APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DE UMA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

Marcelino, Maria José de Souza¹.
Souza, Maria José Calado²

Compreendendo a avaliação da aprendizagem do estudante com deficiência como um instrumento no processo de escolarização, que permite reformular objetivos, estratégias e conteúdos, com ênfase na aprendizagem, na premissa de conduzir uma prática de ensino inclusiva que atenda todos os estudantes, independentemente de suas especificidades. Deste modo, é importante considerar as ações definidas no Projeto Político Pedagógico-PPP, visto que é um documento identitário legal, que conduz as práticas da escola para melhoria da qualidade do ensino. Assim sendo, o caminho pelo estudo teve como objetivo geral: Analisar como a avaliação da aprendizagem dos estudantes com deficiência se apresenta nos Projetos Político Pedagógicos das escolas de uma rede pública municipal de ensino e como objetivos específicos: Identificar como se apresenta a avaliação da aprendizagem nos Projetos Político Pedagógicos das escolas; Descrever como se dá avaliação da aprendizagem do estudante com deficiência e Relatar as principais temáticas existentes nos Projetos Político Pedagógicos das escolas. O estudo está fundamentado numa abordagem qualitativa e a técnica utilizada na metodologia, foi análise documental, a qual foi apresentada de forma descritiva. O estudo foi realizado em escolas de uma rede pública municipal de ensino da região metropolitana do Recife. Os resultados apontaram, entre outros, que a maioria dos PPPs abordam a avaliação dentro de um plano integrado de desenvolvimento escolar, o qual faz parte do PPP, com a dimensão denominada no documento como prática pedagógica e avaliação, mas não se refere especificamente a avaliação da aprendizagem do estudante com deficiência.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem, Estudante com deficiência, Projeto Político Pedagógico.

INTRODUÇÃO

É sabido que reflexões sobre avaliação tem sido alvo de várias pesquisas visto que é parte do processo pedagógico, por possibilitar o acompanhamento dos estudantes quando compreendida como parte do ato educacional. Neste contexto, a pesquisa apresenta proposições sobre a avaliação

¹ Doutora em Ciências da Educação, Universidade Americana de Assunção - PY Especialista em Atendimento Educacional Especializado Professora da Rede Pública no AEE das redes de Ensino da Cidade de Araçoiaba e Paulista /PE - PE E-mail: mjs.maria@hotmail.com

² Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Americana de Assunção - PY Especialista em Atendimento Educacional Especializado Professora técnica na Gerência de Políticas Educacionais do Campo SEE/PE -Endereço: E-mail: calado_maria@hotmail.com

da aprendizagem do estudante com deficiência no entrelaçamento com o projeto político pedagógico.

O interesse pela temática surgiu da compreensão de que a avaliação pode/deve ser inclusiva e para todos os estudantes. Nessa perspectiva, deve apresentar-se dentro do plano maior da escola que é o projeto político pedagógico o qual norteia todo o fazer. Compreendendo também que a avaliação da aprendizagem do estudante com deficiência é um instrumento no processo de escolarização, que permite reformular objetivos, estratégias e conteúdos, com ênfase na aprendizagem, na premissa de conduzir uma prática de ensino inclusiva que atenda todos os estudantes, independentemente de suas especificidades. Deste modo, é importante considerar as ações definidas no Projeto Político Pedagógico-PPP, visto que é um documento identitário legal, que conduz as práticas da escola para melhoria da qualidade do ensino.

Para tanto, foram delineados os seguinte objetivos: Analisar como a avaliação da aprendizagem dos estudantes com deficiência se apresenta nos Projetos Político Pedagógicos das escolas de uma rede pública municipal de ensino e como objetivos específicos: Identificar como se apresenta a avaliação da aprendizagem nos Projetos Político Pedagógicos das escolas; Descrever como se dá avaliação da aprendizagem do estudante com deficiência e Relatar as principais temáticas existentes nos Projetos Político Pedagógicos das escolas. O estudo está fundamentado numa abordagem qualitativa e a técnica utilizada na metodologia, foi análise documental, a qual foi apresentada de forma descritiva.

O trabalho busca promover reflexões de como está posta a avaliação da aprendizagem do estudante com deficiência nos projetos político pedagógicos de uma rede municipal de ensino e se propõe a contribuir para se repensar a importância do projeto maior da escola, o Projeto Político Pedagógico-PPP e de como se apresenta a avaliação, a avaliação da aprendizagem e a avaliação do estudante com deficiência dentro do projeto que é o documento orientador do processo.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Avaliação da aprendizagem é uma das temáticas que sempre se encontra nas discussões do campo educacional, haja vista, as suas diferentes compreensões a quais estão muitas vezes na contramão do que realmente significa o ato de avaliar a aprendizagem, desconsiderando assim que

“[...]o ato de avaliar a aprendizagem na escola como um meio de tornar os atos de ensinar e aprender produtivos e satisfatórios”(LUCKESI,2011, p.13), sendo a avaliação da aprendizagem parte do ato pedagógico num agrupamento com os atos de planejar e executar, como dito por Luckesi(2011).

Considera-se importante a discussão sobre a avaliação da aprendizagem, principalmente no espaço escolar, para que se possa entender a sua dimensão dentro do fazer pedagógico, compreendendo no que se refere a avaliação da aprendizagem de quando dito por Luckesi sobre o entendimento de John Dewey “que provas e exames não contribuíam para o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que eram compreendidos como instrumentos de classificação para aprovação/reprovação no decurso e no final do ano letivo, e não a serviço da construção das capacidades dos estudantes ao longo do período letivo” (2021, p.231).

Nesse sentido, reflexões sobre esses instrumentos (provas e exames), dentro do ato pedagógico da forma como estão sendo vivenciados na prática, não contribuem para o processo da aprendizagem, pois a intencionalidade que se identifica nos tempos atuais não está distante do pensamento do teórico citado, pois estes instrumentos, na maioria das vezes, encontram-se a serviço da classificação, deixando grupos de estudantes a margem do processo, atribuindo, sobretudo, uma concepção classificatória e eliminatória do ato de avaliar, rejeitando o ato de avaliar como uma ação que deve ser executada e planejada não distante do ato pedagógico, como aduz Luckesi(2011). Nessa mesma direção Carvalho (2014) diz que as avaliações,

Quando realizadas de forma convencional, impedem a mudança da prática pedagógica e da relação professor-aluno, principalmente em se tratando de uma avaliação de natureza classificatória, exclusivamente, [...], direcionada para os resultados finais, em detrimento de uma visão processual de aprendizagem (p. 172).

Assim, se faz necessário compreender a importância da avaliação da aprendizagem dentro do processo de ensino e aprendizagem, com atenção para o tipo de avaliação que estar sendo realizada pois “tradicionalmente, [...] as práticas de avaliação desenvolvidas na escola têm se constituído em práticas de exclusão: avalia-se para medir a aprendizagem dos estudantes e classificá-los em aptos ou não aptos a prosseguir os estudos” (LEAL, ALBUQUERQUE, MORAIS, 2007, p.99).

Para que a prática citada seja quebrada, faz-se necessário o planejamento do processo da avaliação da aprendizagem e este, dirá dos objetivos e da sua importância dentro do processo de ensino, pois de acordo com Luckesi (2011, p.20) “[...] para que a avaliação seja possível e faça sentido, o primeiro passo é estabelecer e ter uma ação claramente planejada[...]. Isso diz da exigência “de um projeto que tenha como meta subsidiar de forma construtiva e eficiente o educando no seu subdesenvolvimento, o que diferencia do “esperar” resultados bem sucedidos como usualmente ocorre nas práticas pedagógicas cotidianas em nossas escolas” (LUCKESI,2011, p.21). Nessa direção, Luckesi (2011) ainda aduz que para acompanhar da avaliação aprendizagem temos necessidade de um projeto que possa determinar o que desejamos a partir da ação e possa orientar na execução, que “[...] tal compreensão significa estabelecer um Projeto Político-Pedagógico que guie a ação no cotidiano escolar” (LUCKESI, 2011, p.22). E completa que:

O projeto político, que configura nossos sonhos e desejos de emancipação humana por intermédio da escola, necessita de um projeto pedagógico como um de seus mediadores teóricos, ou seja, de uma proposta pedagógica que traduza nossos anseios filosófico-políticos em compreensão e orientações práticas executáveis (LUCKESI, 2011, p.60).

Assim sendo, o acompanhamento da avaliação da aprendizagem é guiado pelo projeto da escola, onde encontramos os objetivos delineados sobre a prática pedagógica e o processo de avaliação da aprendizagem, retratando as concepções que foram construídas pela comunidade escolar refletindo a realidade e os anseios de um grupo. Documento esse, que aponta, sobretudo, para a organização didática que dentro do projeto é o fio condutor e orientador de todas as ações pedagógicas da escola.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A educação brasileira faz parte do regime democrático que vigora no país, mesmo talvez, contrariando uma parte da população ‘adepto’ a outros regimes e, por ser um regime democrático temos a livre expressão do pensamento. Sendo o regime democrático a garantia de participação dos cidadãos na educação, não é uma questão de escolha, mas de direito. A escola enquanto instituição educacional deve assumir um projeto que tenha o compromisso com a diversidade cultural presente

no espaço escolar. Isso mostra que necessitamos de “[...] uma escola centrada democraticamente no seu educando e na sua comunidade local, vivendo as suas circunstâncias, integradas com seus problemas, [que] levará os seus estudantes a uma nova postura diante dos problemas de contexto” (FREIRE, 2003, p.85). Neste caminho, temos na escola o Projeto Político Pedagógico que se fundamenta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBN de nº9394 de 1996 em seus artigos 12, 13 e 14. Neste sentido, artigo 12 estabelece que:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; [...]XII – instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, os Conselhos Escolares. (BRASIL, 1996).

Em seguida, o artigo 13 a LDBN, ressalta o papel dos docentes, estabelecendo como parte essencial dentro da escola delineados entre outros incisos como os II e V que o docente deve “ II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional”. Na mesma legislação, temos o artigo 14 que trata da gestão democrática, considerado como ponto fundamental para construção do Projeto Político Pedagógico, determinando que Estados e Municípios e o Distrito Federal deverão definir as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, considerado as suas peculiaridades e concebendo a participação dos profissionais da unidade de ensino, da comunidade escolar e local representados nos conselhos escolares.

É sabido que Projeto Político Pedagógico ganhou força com a redemocratização da educação e com a implantação da gestão democrática que de maneira imperativa, impõe uma construção coletiva. Se não implicasse numa construção coletiva, não seria um projeto democrático, dinâmico e interativo com ações flexíveis para atender a necessidade e pluralidade existente no ambiente escolar. Sobretudo, porque “a escola é o lugar de concepções, realização e avaliação do seu projeto educativo, uma vez que precisa organizar seu trabalho pedagógico com

base em seus alunos” de acordo com Veiga (2006,p.11) portanto, é “uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente” (VEIGA,2006, p.13).

Corroborando com o dito por Veiga, Neves expõe que o projeto político pedagógico “é um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados” (NEVES,2006, p.110). Um projeto de educação que deve emanar o pensamento do grupo, essencialmente definindo a concepção de homem e sociedade para direcionar o fazer. Um projeto construído coletivamente com base na realidade da escola, tendo em vista que “a participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação” (MARQUES, 1990, p. 21).

Neste contexto, o compromisso da coletividade na elaboração do projeto, exige participação efetiva e responsável, tendo em vista que a partir da realidade será projetado ações para o futuro. Isso diz, da exigência de discussões, reflexões para que possa cessar, ou minimizar a fragmentação existente no espaço escolar e por ser um

Plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico - metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 2004, p. 169).

O projeto abarca as dimensões política e pedagógica, na busca de uma comunidade participativa e estudantes engajados no projeto de sociedade permeada, sobretudo, pela igualdade de direito ao ensino com qualidade, pois como dito por Vasconcelos (2004) o projeto é um instrumento teórico-metodológico com ações que permitam mudanças na realidade da instituição.

Nessa mesma linha de pensamento Veiga (2004), destaca que,

Todo projeto político pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico, com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo,



responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (p.13).

Nesse contexto, o projeto político pedagógico apresenta as dimensões políticas e pedagógicas. Político por está alinhado aos interesses da comunidade escolar e local e pedagógico por a escola, deliberadamente, está comprometida com a formação do estudante de forma global. Isto posto, o caminho para definir o compromisso da escola a partir de suas ações no Projeto Político Pedagógico, perpassa por 7(sete) etapas na sua construção definidas por Neves como:

A análise da situação[...]; definição dos objetivos[...], escolha das estratégias[...], estabelecimento do cronograma e definição dos espaços necessários, coordenação entre os diferentes profissionais e setores envolvidos, zelando sempre pela primazia do pedagógico sobre as ações culturais e assistenciais, implementação e acompanhamento e avaliação (2006, p.110-111).

São etapas de fundamental importância para organização do projeto que devem ser conjecturadas, alinhadas a realidade do contexto da escola. Não existe uma etapa mais importante que a outra, mas uma depende da outra e podemos destacar que a análise da situação escolar direciona a construção das demais etapas, tornando assim o projeto político pedagógico mais efetivo, mais objetivo que retrata o cenário real.

Sendo o PPP o principal projeto da escola por articular as ações essenciais tanto político como pedagógico suscita fundamentalmente contribuir para a tão almejada educação de qualidade. Sua elaboração retrata as concepções de mundo, de sujeito, de currículo, de avaliação, de inclusão, de ensino, de aprendizagem, etc. Por isso carece está clara com suas etapas bem definidas por ser a aspiração de todos participantes da elaboração do documento.

ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA

Temos conhecimento através da literatura sobre pessoa com deficiência, no que tange a violação dos direitos dessas pessoas que permaneceram por muito tempo a margem da sociedade em relação aos direitos. No caminhar da história se observa vários períodos que são marcados pelo abandono, exclusão e em alguns casos chegando a atos extremos como a eliminação, numa época

de uma sociedade fechada com padrões estabelecidos que determinava a caracterização, padronização de igualdade a qual hierarquizava determinados indivíduos deixando muitos a margem por não se enquadrar nesses padrões definidos.

A história segue contando a luta pelos direitos das pessoas com deficiência, que avançou com o surgimento de documentos como a declaração Universal dos direitos Humanos que estabelece a proteção dos direitos humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição. Essa proteção se estende a todos os aspectos da vida em sociedade e a todos os segmentos sociais, buscando a eliminação de barreiras que impediam o acesso aos serviços como a educação, pela condição que apresentava.

No que tange a educação a história revela que ocorreram avanços e com ele a vivência de paradigmas educacionais com a integração e a inclusão que surgem em épocas determinadas na tentativa de garantia de direitos. No paradigma integracionista os estudantes tinham que se adaptar a escola como descreve Mantoan (2003) “nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas do ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. [...] a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências” (p.15-16). Assim ocorria a preparação, a normalização do estudante para se enquadrar dentro de um padrão estabelecido pela escola, desconsiderando a diversidade existente entre os indivíduos, principalmente a aquisição da aprendizagem que é peculiar.

Diante de tantas reflexões e questionamentos sobre o paradigma da integração surgiu o paradigma inclusivista que possibilita a todos se beneficiarem, independentemente da sua condição, pois “promover a inclusão de deficientes significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência [...], na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades”(SERRA, 2008, p.33) Nesse contexto, sabemos que a inclusão está fundamentada de acordo com a Nota técnica de nº 11/2010,

Em princípios filosóficos, políticos e legais dos direitos humanos, compreende a mudança de concepção pedagógica, de formação docente e de gestão educacional para a efetivação do direito de todos à educação, transformando as estruturas educacionais que reforçam a oposição entre o ensino comum e especial e a organização de espaços segregados para alunos público alvo da educação especial (p.01).



Dessa forma, os avanços foram muitos, principalmente por possibilitar o rompimento da dicotomia entre a educação dita comum e a educação especial, bem como compreender e pensar numa concepção pedagógica de atendimento aos estudantes que estejam no mesmo espaço e aprendem de forma distinta, mas sobretudo tornar dever do,

Poder público assegurar aos alunos público alvo da educação especial o acesso ao ensino regular e adotar medidas para a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e nas comunicações que impedem sua plena e efetiva participação nas escolas da sua comunidade, em igualdade de condições com os demais alunos (Nota técnica de nº 11/2010 p.2).

Nesse contexto, o estudante público alvo da educação especial, que ao longo da história foi privado de seus direitos, com a inclusão, consegue melhorias ainda mais significativas, quando são adotadas medidas para eliminação de barreiras, que impedem o desenvolvimento dos estudantes com deficiência, cabendo ao poder público, bem como a sociedade como garantir a eliminação desses obstáculos que não permitam a igualdade de oportunidade. Refletir e encontrar meios para eliminação de barreiras dentro do espaço escolar que impossibilitam a participação do estudante diz de ações em conjunto com toda comunidade escolar que requer pensar num projeto que coadune com o proposto nos documentos oficiais e nos anseios do grupo, para que nenhum estudante fique a margem do processo.

METODOLOGIA

A realização de uma pesquisa acontece mediante um procedimento metodológico que diz de sua natureza. Assim sendo, o estudo foi desenvolvido objetivando atender ao objetivo da pesquisa que foi: analisar como a avaliação da aprendizagem dos estudantes com deficiência se apresenta nos projetos político pedagógicos das escolas de uma rede pública municipal de ensino. E para o alcance do objetivo, definiu-se por um estudo fundamentado na abordagem qualitativa, que entre outros aspectos, ditos por André (1986, p. 11-12) a partir dos estudos de Bogdan e Biklen (1982) que “na pesquisa qualitativa os dados coletados são predominantemente descritivos”.

A técnica utilizada na metodologia, foi análise documental a qual foi apresentada de forma descritiva. Compreendendo nas palavras de Gaio et al (2008, p.156) que a pesquisa documental

“[...] prevê a produção do conhecimento novo em função dos documentos, tenham eles recebido tratamento analítico, denominados de primeira mão [...] ou não, denominados segunda mão[...]”. Assim sendo, os documentos para coleta dos dados foram os projetos político pedagógicos de 24 (vinte e quatro) escolas de uma rede municipal de ensino.

Para auxiliar a análise dos dados coletados foi elaborado, um quadro para preenchimento com itens informativos das 24 escolas tendo este: ano de elaboração do projeto, nível, temáticas existentes e elementos que compõem o plano de ação, tópicos que tratam da avaliação da aprendizagem. Assim, a partir dos mesmos, organizou-se as informações que subsidiaram o resultado, análise e discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sabe-se da importância do projeto no contexto educacional, o qual possibilita o bom funcionamento da escola, tanto no aspecto organizacional, como no aspecto pedagógico. Um projeto que retrate os reais desejos de seus sujeitos no contexto vivido. Esse projeto é político pedagógico, pois traz em seu bojo uma essência crítica e reflexiva que norteia as ações educativas da escola. Assim, de maneira significativa revela o que é necessário para a escola a partir, principalmente da escuta dos indivíduos participantes, prevendo meios através das ações para solução das problemáticas existentes com vistas no futuro. Dessa forma, a sua organização e construção precisa estar alinhada ao contexto escolar para que todas as dimensões essenciais, possam favorecer o ensino e a aprendizagem.

Nessa direção, ao analisar os resultados colhidos nos PPPs em uma rede municipal de ensino foco da pesquisa, tomou-se como referência os objetivos específicos: identificar como se apresenta a avaliação da aprendizagem nos PPPs das escolas, descrever como se dá avaliação da aprendizagem do estudante com deficiência e relatar as principais temáticas existentes nos PPPs das escolas.

No que se refere ao primeiro objetivo, sobre a identificação de como se apresenta a avaliação da aprendizagem nos PPPs das escolas, constatou-se que os projetos político pedagógicos analisados das escolas apresentam o tópico avaliação (que se refere a avaliação do projeto) e a

dimensão avaliação que se encontra junto a prática pedagógica por ser a avaliação da aprendizagem parte do ato pedagógico como dito por Luckesi (2011).

No quadro que aborda a dimensão prática pedagógica e avaliação, encontramos em 6 (seis) PPPs em que a avaliação se refere a avaliação do PPP. Em 4 (quatro) PPPs descreve que “o PPP deve ser objeto de avaliação contínua para permitir o atendimento de situações imprevistas, correção de desvios e ajustes das atividades propostas. Podem ser previstos momentos de avaliação (semestral, anual, bianual), com participação de toda comunidade escolar”. Seguindo no mesmo tópico, encontramos referência a avaliação como recuperação que acontece de forma paralela a avaliação da aprendizagem, descrita da seguinte forma: “no que tange ao tempo de recuperação este acontece após aplicação das provas e conforme o rendimento dos alunos, na sequência o professor oferece a avaliação para recuperar os conteúdos trabalhados”. E em 2(dois) PPPs identificamos na dimensão avaliação da prática pedagógica e avaliação, referência apenas avaliação do PPP. Consta-se assim a ausência da avaliação da aprendizagem, independentemente, de ser para os estudantes com ou sem deficiência, como também a compreensão da importância do PPP definir os caminhos da avaliação por ser o instrumento orientador do processo no espaço escolar e para isso, é preciso um projeto que possa definir suas metas e ações de forma clara e objetiva, auxiliando o estudante no seu desenvolvimento como declara Luckesi, 2011.

Nas demais escolas identificamos que os PPPs abordam a avaliação da aprendizagem presente no plano de ação na dimensão prática pedagógica e avaliação. Contudo, quando se busca identificar o problema da escola e a proposição das estratégias, a avaliação da aprendizagem está posta para elevação dos índices das avaliações internas e externas.

Outro aspecto identificado nos PPPs se refere as dificuldades dos estudantes em leitura e escrita, como também as estratégias propostas, objetivando aumentar os indicadores interno e externos. Isso nos reporta ao dito por Carvalho (2014) que avaliações realizadas de forma convencional não proporcionam mudança da prática pedagógica. Portanto, diz também de um projeto que não está representando a realidade da escola, não mostrando, o que tem que ser realizado e principalmente onde se quer chegar. Dessa forma, fica distante de se configurar num instrumento de trabalho que mostra o que vai ser fazer e onde se quer chegar (NEVES,1995).

Quanto ao segundo objetivo sobre a descrição de como se dá avaliação da aprendizagem do estudante com deficiência, constatou-se que apenas três escolas do grupo das 24 analisadas fazem menção à avaliação da aprendizagem do estudante com deficiência quando pontua, na identificação do problema, o baixo rendimento dos estudantes, alegando que esse baixo rendimento ocorre por conta de “atividades inadequadas aos estudantes com necessidades especiais”. Outra escola escreve que se faz necessário “disponibilizar materiais específicos para os estudantes, de acordo com suas necessidades” e “promover formação em Educação Especial para todos os profissionais da escola”. Diante do exposto, o que se encontra sobre os estudantes com deficiência nos PPPs nos reporta a Leal, et al verificando que as práticas avaliativas ainda são desenvolvidas constituindo-se em práticas de exclusão (2007, p.99), permanecendo as barreiras pedagógicas quando da avaliação desses estudantes.

E no último objetivo, de relatar as principais temáticas existentes nos projetos das escolas, todos trazem a mesma estrutura com elementos que devem compor o PPP e entre os quais são citados: a identificação da unidade de ensino, marco referencial a missão, visão e valores, diagnóstico, plano de ação e avaliação do PPP. Dentro do plano de ação identificamos as dimensões: ambiente escolar; prática pedagógica e avaliação; gestão escolar democrática; formação e condições de trabalho dos profissionais da escola; acesso, permanência e sucesso da escola; ambiente escolar físico. Todas as dimensões estão expostas em um quadro com a identificação do problema, estratégia de intervenção, metas (sendo preciso definir percentual); recursos; duração e o responsável. Vale ressaltar que nem todas escolas tem o plano de ação. E um dado preocupante diz da não avaliação dos projetos políticos pedagógicos que se encontram datados na sua maioria do não de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização da pesquisa, buscamos analisar a avaliação do estudante com deficiência nos PPPs das escolas de uma rede municipal, sabendo-se da importância da avaliação para o processo de ensino aprendizagem e do projeto político pedagógico para organização e condução do contexto escolar e neste, para o andamento do processo de ensino, principalmente no que se refere ao estudante com deficiência. Assim, se faz necessário constar no PPPs a avaliação



da aprendizagem numa compreensão que ela esteja a seu serviço e faça parte do ensino proporcionando caminhos que, entre outros, identifiquem os avanços da aprendizagem dos estudantes.

Nessa direção apresentamos algumas conclusões, após análise do documento foco da pesquisa, onde constatou-se que nem todos os PPPs apresentam em sua estrutura um plano de ação com dimensões que incluem avaliação e prática pedagógica. Identificou-se também, que apenas três escolas fazem referência aos estudantes com deficiência, dentro da dimensão prática pedagógica e avaliação. Outras fazem referência apenas a avaliação do PPP, desconsiderando a avaliação da aprendizagem. Constatou-se assim, a necessidade de formação continuada abordando a temática projeto político pedagógico, avaliação e avaliação da aprendizagem do estudante com deficiência. Diante da complexidade dessa temática o estudo permite possibilidade de novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. E. D. A. LUDKE, Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasil: MEC, 1996.
- BRASIL, Ministério da educação. NOTA TÉCNICA – SEESP/GAB/Nº 11/2010 Data: 7 de maio de 2010 Interessado: Sistemas de ensino Assunto: Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares.
- CARVALHO, Francisca Samara Teixeira. Et al. Inclusão e avaliação escolar. In LEITE, Raimundo Hélio. (Org.) Diálogos em avaliação educacional. Fortaleza: Edições UFC, 2014.
- FREIRE, Paulo. Educação e atualidade brasileira. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
- GADOTTI, Moacir. "Pressupostos do projeto pedagógico". In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.
- GAIO, Roberta. CARVALHO, de Brito Roberto. SIMÕES, Regina. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In GAIO, Roberta (Org.). Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento. Petrópolis -RJ: Vozes, 2008.



LEAL, Telma Ferraz. ALBUQUERQUE, Eliane Borges Correia de. MORAIS, Arthur Gomes. Avaliação e aprendizagem na escola: a prática pedagógica como eixo da reflexão. In BEAUCHAMP, Janete, et al. Ensino fundamental de nove anos; orientações para inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

LUCKESE, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem: passado, presente e futuro. 1.ed-São Paulo: Editora Cortez, 2021.

LUCKESE, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem: componente do ato pedagógico. 1.ed-São Paulo: Editora Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? 1ª ed-São Paulo. Editora : Moderna, 2003.

MARQUES, M. O. Projeto pedagógico: A marca da escola. In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola, n. 02, v. 18, UNIJUÍ, abr./jun. Ijuí, 1990.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque educacional. In VEIGA, Ilma passos A. (Org) Projeto Político Pedagógico na escola. Uma construção Possível. 22º ed.--Campina -são Paulo:Papirus, 2006.

SEERA, Dayse. Inclusão e ambiente escolar. In SANTOS, Mônica Pereira. PAULINO, Marcos Moreira. (Org.) Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas. 2.ed.-São Paulo : Cortez, 2008.

UNESCO. ONU, *Declaração Universal dos Direitos Humanos* completa. Paris, 1948.

VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertat, 2004.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In VEIGA, Ilma passos A.(Org) Projeto Político Pedagógico na escola. Uma construção Possível. 22º ed.-Campina -são Paulo:Papirus, 2006.